

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
**ESCOLA JUDICIAL DO AMAPÁ**

**PROCESSO SELETIVO PARA RESIDÊNCIA JURÍDICA - 2023**

**PROVA**

**- 50 QUESTÕES OBJETIVAS:** Direito civil (7); Direito da Criança e do Adolescente (5); Direito Proc. Civil (7); Direito Constitucional (7); Direito Penal (5); Direito Proc. Penal (5); Direito Administrativo (5); Direito Ambiental (3); Direito Empresarial (3); Direito Tributário (3).  
**- 02 QUESTÕES DISCURSIVAS**

Nome do(a) Candidato(a):

**INSTRUÇÕES**

1. Verifique se este caderno:
  - a) contém 50 questões OBJETIVAS com 5 opções de respostas cada, numeradas de 1 a 50.
  - b) contém 02 questões DISCURSIVAS e o espaço para o rascunho das respostas. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
3. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
4. Essa resposta deve ser marcada na FOLHA RESPOSTA que você recebeu.
5. O(A) candidato(a) deverá:
  - a) Procurar, na FOLHA RESPOSTA, o número da questão que você está respondendo.
  - b) Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
  - c) Marcar essa letra na FOLHA RESPOSTA.
  - d) Ler o que se pede nas questões DISCURSIVAS e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.
6. Atenção:
  - a) Marque as respostas com caneta esferográfica de preta.
  - b) Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
  - c) Responda a todas as questões.
  - d) Não será permitida qualquer espécie de consulta.
  - e) Você deverá transcrever as respostas das questões DISCURSIVAS, a tinta, na FOLHA RESPOSTA apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
  - f) Você terá **4** horas para responder a todas as questões OBJETIVAS E DISCURSIVAS e preencher as FOLHAS RESPOSTAS.
  - g) Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com suas FOLHAS RESPOSTAS das questões objetivas e discursivas.

**QUESTÕES DE DIREITO CIVIL**

**1. Em relação à desconsideração da personalidade jurídica disciplinada no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa correta:**

- a) Confusão patrimonial é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- b) A desconsideração inversa da personalidade jurídica não encontra previsão no ordenamento jurídico brasileiro, sendo uma construção doutrinária e jurisprudencial.
- c) Para que ocorra a desconsideração da personalidade jurídica é necessário o abuso de personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- d) A mera expansão ou alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica configura o denominado desvio de finalidade.
- e) É suficiente a existência de grupo econômico para a que ocorra a desconsideração da personalidade jurídica.

**2. No que diz respeito a capacidade civil: são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, EXCETO:**

- a) Os ébrios habituais
- b) Menores de 16 (dezesesseis) anos
- c) Os viciados em tóxico
- d) Os pródigos
- e) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade

**3. Conforme o Código Civil, não possui domicílio necessário:**

- a) O servidor público
- b) O militar
- c) O preso
- d) O incapaz
- e) O empresário

**4. A respeito da prescrição no direito civil, analise os itens abaixo:**

- I- Não corre a prescrição em razão de protesto cambial.
- II- A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.
- III- Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor é causa de interrupção da prescrição.
- IV- O prazo geral prescricional descrito no Código Civil quando a lei não tenha fixado menor é de 10 (dez) anos. Por outro lado, o prazo para a pretensão de reparação civil é de 3 (três) anos.
- V- Não corre a prescrição contra os relativamente incapazes.

**Está CORRETO o disposto nas assertivas:**

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) II, III e IV
- d) III e IV
- e) III, IV e V

**5. O Código Civil disciplina o exercício do poder familiar, as causas de suspensão e extinção. Sobre a temática considere as assertivas abaixo:**

I- A emancipação é causa de extinção do poder familiar.

II- A perda do poder por ato judicial pode ocorrer em razão ter praticado, o pai ou a mãe, atos contrários à moral e aos bons costumes.

III- Consiste no exercício do poder familiar, por ambos os pais, conceder ou negar aos filhos o consentimento para mudarem sua residência permanente para outro Município.

IV- Também perderá o poder familiar por ato judicial aquele que praticar o crime de estelionato contra outrem também detentor do poder familiar.

V- Divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar, é defeso a qualquer deles recorrer ao juiz para solução do desacordo.

**Está CORRETO o disposto nas assertivas:**

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) II, III e IV
- d) III e IV
- e) III, IV e V

**6. Após a formação da relação contratual que traga prestações de trato sucessivo, se ocorrerem fatos que independam da vontade das partes, de natureza extraordinária e anormais, de modo que não havia como antevê-los e que tornem a relação contratual desequilibrada, causando uma onerosidade excessiva a uma das partes. Pode a parte prejudicada pela nova realidade em juízo alegar:**

- a) Estado de perigo
- b) Lesão
- c) Erro ou fraude
- d) Teoria da Imprevisão
- e) Simulação

**7. Renata conduzia seu veículo pela Rodovia Duca Serra, conforme as regras de trânsito da via, quando foi surpreendida por um veículo que abruptamente invadiu sua faixa na contramão e a fez desviar para a calçada, porém a condutora prudente e ágil visualiza um pedestre e para não atropelá-lo desvia novamente, chocando-se com o muro da residência de Jean que desmorona parcialmente.**

**Diante dos fatos acima relatos, responda de acordo com o Código Civil e Jurisprudência dos Tribunais Superiores:**

- a) A conduta de Renata é lícita, pois praticada em estado de necessidade, porém não resta afastado seu dever de indenizar Jean.
- b) A conduta de Renata é ilícita, mesmo praticada em estado de necessidade de terceiro, razão pela qual deve indenizar Jean.
- c) A conduta de Renata é lícita, pois praticada em estado de necessidade, afastando o dever desta de indenizar Jean.
- d) Renata não deve indenizar Jean, pois agiu amparada por uma causa supralegal de exclusão da responsabilidade civil.
- e) A conduta de Renata é ilícita, mas afasta o dever de indenizar Jean, pois a culpa foi de terceiro.

8. A Constituição Federal de 1988 (CF1988), em seu art. 227 preconiza que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, entre outros, o direito à vida e à saúde”. O art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA1990) repete essencialmente o mesmo comando. À luz dessas normas, considere a seguinte situação fática: "Um bebê de 1(um) anos precisou ser submetido a um transplante hepático. Após 7 (sete) meses do transplante, passa a apresentar sinais de rejeição, agravados pela falta de assistência da mãe, a única a acompanhá-lo, no tratamento pós-transplante preconizado pela equipe médica, com imunossuppressores. Aos dois anos e meio de idade, é abandonado no hospital pela mãe, que é adicta no consumo de droga. Não consta o registro do pai na certidão de nascimento da criança, nem presta a mãe informações quanto à sua identidade e paradeiro. Passados os primeiros dias de intervenção e a partir de relatórios de saúde da instituição hospitalar anterior, conclui-se que o paciente está num estágio terminal e sem possibilidade de um retransplante, sendo mantido vivo por aparelhos. O pai biológico da criança aparece, promovendo o reconhecimento civil do filho e exigindo do hospital o retransplante e a utilização de técnicas experimentais autorizadas pelo SUS, que apresentam baixo índice de sucesso. A equipe médica é contra, alegando que são reduzidas as possibilidades de salvar a criança. Diante do regramento constitucional e legal, analise as medidas e ações a serem adotadas pelo Ministério Público, Polícia Judiciária ou Poder Judiciário:

- I) deferir tratamento não autorizado pelo SUS, baseado no uso de medicamento importado de altíssimo custo, sem garantia mínima de que poderá reverter o quadro terminal da criança;
- II) ajuizar ação de destituição do poder familiar em relação à mãe, visando apurar se suas omissões e descuidos em relação ao filho se deram de maneira injustificada;
- III) determinar a instauração de inquérito policial para a apuração de possíveis condutas enquadradas nos tipos penais de maus-tratos e abandono de incapaz;
- IV) caso movida ação civil pública em favor da criança, a fim de garantir que seja promovido o tratamento paliativo necessário para garantir-lhe a continuidade da vida com o máximo de qualidade possível, sem dor, conceder liminar, obrigando o hospital a promover esses cuidados imediatamente, independentemente do custo, sob pena de multa processual e responsabilização civil e criminal.

**A opção em que contém as assertivas corretas é:**

- a) Apenas I e V
- b) Apenas II, III e IV
- c) Apenas IV
- d) Apenas I, II, III e IV
- e) Apenas III

9. Adolescente a quem foi atribuído à prática de ato infracional foi apresentado ao Ministério Público para ser ouvido informalmente. Considerando as medidas que podem ser adotadas pelo promotor de justiça pós a realização do ato, conforme a disciplina do Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as assertivas abaixo, assinalando a alternativa que contém as opções corretas.

- I. Se verificar que está configurada a prescrição do ato infracional, de acordo com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), deve promover o arquivamento do procedimento, encaminhando o caso ao Poder Judiciário, para fins de homologação.
- II. Se constatada a prescrição, conforme mencionado no item I, verificar que o adolescente se encontra em situação de risco, pedir ao Juiz da Infância a aplicação de medidas de proteção específica, com a finalidade resolver ou pelo menos amenizar a vulnerabilidade social que esteja vivenciando.

III. Em se tratando de ato infracional praticado com grave ameaça ou violência, deve propor ação socioeducativa por meio de representação ao juízo, pedindo, se presentes indícios suficientes de autoria e materialidade, além da necessidade imperiosa da medida, a internação provisória por 60 dias.

IV. Poderá conceder remissão, para suspensão ou extinção do processo, e incluir, eventualmente, medida não privativa de liberdade, manifestando-se pela liberação do adolescente.

**A opção em que contém as assertivas corretas é:**

- a) Apenas I e IV.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas III e IV.
- e) Apenas IV

**10. Maria, por intermédio de defensor público, apresentou petição ao Juízo da Vara da Infância e da Juventude, comunicando que quer entregar seu filho em adoção a Joana, tia materna da criança, que não é habilitada à adoção. Está documentalmente comprovado que a criança e a tia possuem fortes vínculos de afinidade e afetividade, já que ela vem sendo criada por esta desde que nasceu. O Ministério Público opinou pela realização de estudo psicossocial. À luz dos ditames da Lei nº 8.069/1990 (ECA), qual a única alternativa correta:**

- a) trata-se de entrega voluntária da criança à adoção, na forma prevista pelo art. 19-A do ECA, na qual se dispensa habilitação prévia, podendo ser voltada para pessoa específica;
- b) configura modalidade de adoção que encontra fundamento no art. 50, § 13, II, do ECA, ou seja, uma das hipóteses em que se autoriza a dispensa a prévia habilitação à adoção, baseada nos laços de parentesco e convivência prévia;
- c) requer a prévia habilitação à adoção por parte da tia materna, caso tenha realmente interesse em adotar seu sobrinho, já que o ECA não admite exceções, mesmo se tratando de parente próximo;
- d) não encontra fundamento legal, na medida em que a entrega voluntária se destina à adoção por pessoa ou casal habilitado perante o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA);
- e) deve-se exigir um período de convivência, sob acompanhamento de equipe psicossocial da vara especializada.

**11. João, residente e domiciliado em Macapá-AP, divorciado de Maria, com quem teve José (3 anos de idade atualmente), ajuíza nesta comarca, no juízo da infância e juventude, ação de guarda e responsabilidade, com a finalidade de obter a guarda unilateral do filho, que mora com a mãe em Criciúma-SC. Não há notícia de que a criança esteja em situação de risco. Nesse caso, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pode-se afirmar que:**

- a) o juiz da infância e juventude de Macapá-AP deverá, após dar oportunidade de manifestação ao autor e ao Ministério Público, declarar o juízo absolutamente incompetente para processar e julgar o caso e remeter os autos a um dos juízos de família da comarca de Macapá-AP;
- b) o juiz da infância e juventude de Macapá-AP deverá, após dar oportunidade de manifestação ao autor e ao Ministério Público, declarar o juízo absolutamente incompetente para processar e julgar o caso e remeter os autos ao juízo da infância e juventude da comarca de Criciúma-SC;
- c) o juiz da infância e juventude de Macapá-AP deverá declarar-se competente para processar e julgar o caso, determinando a designação de audiência de conciliação prévia;
- d) o juiz da infância e juventude de Macapá-AP deverá, após dar oportunidade de manifestação ao autor e ao Ministério Público, declarar o juízo absolutamente incompetente para processar e julgar o caso e remeter os autos a um dos juízos de família da comarca de Criciúma-SC;

e) o juiz da infância e juventude de Macapá-AP deverá, após dar oportunidade de manifestação ao autor e ao Ministério Público, declarar extinto o processo sem resolução de mérito, em razão de sua incompetência absoluta para processar e julgar o feito;

**12. Com relação à colocação em família substituta, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:**

- a) Na apreciação do pedido levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida;
- b) é totalmente dispensável a prévia ouvida de criança, havendo obrigatoriedade apenas quando se tratar de adolescente;
- c) o necessário consentimento de adolescente poderá ser colhido pela equipe multiprofissional;
- d) a criança ou adolescente colocado em família substituta poderá ser entregue a terceiros ou a entidades governamentais ou não governamentais, sem autorização judicial;
- e) pode ser concedida guarda de criança ou adolescente brasileira residente em Macapá-AP à família substituta estrangeira residente e domiciliada na Guiana Francesa.

### QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**13. Nos termos do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial. Assinale a alternativa INCORRETA quanto às hipóteses de cabimento deste recurso:**

- a) Suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento.
- b) Corrigir erro material ou esclarecer obscuridade.
- c) Apontar irresignação ou eliminar contradição.
- d) Estando a decisão omissa por incorrer em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º, do CPC.
- e) Havendo falta de exame sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

**14. Considerando as normas fundamentais inseridas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se também as disposições assinadas no Código de Processo Civil.
- b) Aquele que, de qualquer forma, participa do processo, deve comportar-se de acordo com a boa-fé processual e todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- c) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.
- d) A conciliação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser buscados preferencialmente por advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, no início do processo judicial, cabendo ao juiz estimular a mediação, inclusive no curso do processo judicial.
- e) Em regra, o processo, no âmbito civil, começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo exceções previstas em lei.

**15. Assinale a alternativa CORRETA:**

- I – No dia e na hora designados, o juiz declarará aberta a audiência de instrução e julgamento e mandará apregoar as partes e os respectivos advogados, bem como outras pessoas que dela devam participar.

II – As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se, nesta ordem, preferencialmente, o perito e os assistentes técnicos, quando houver necessidade, conforme o CPC, depois o autor e, em seguida, o réu, que prestarão depoimentos pessoais, caso necessário, e por fim, as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, que serão inquiridas.

III – A audiência poderá ser adiada se não puder comparecer, por motivo justificado, qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar, mas o impedimento deverá ser comprovado até a abertura da audiência, e, não o sendo, o juiz procederá à instrução.

IV – A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, desde que haja concordância das partes.

- a) Nenhuma afirmação está correta.
- b) As afirmações I, II e III estão corretas.
- c) As afirmações I, III e IV estão corretas.
- d) As afirmações II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

**16. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Na hipótese de a parte alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, deverá provar o teor, cabendo ao juiz verificar sua vigência.
- b) Em regra, o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- c) Não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade, bem como os afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.
- d) O juiz aplicará as regras de experiência comum, subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e, ainda, as regras de experiência técnica, ressalvado, quanto a estas, o exame pericial.
- e) Ninguém se exime do dever de colaborar com o Poder Judiciário para o descobrimento da verdade.

**17. Assinale a alternativa CORRETA:**

I – A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

II – A tutela da evidência será concedida, desde que demonstrado o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

III – Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

- a) Nenhuma afirmação está correta.
- b) Apenas uma afirmação está incorreta.
- c) Apenas uma afirmação está correta.
- d) Apenas duas afirmações estão incorretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

**18. Assinale a alternativa CORRETA:**

I – A alegação da pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, de que não possui recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, assegura o direito à gratuidade da justiça.

II – É dever da parte não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso e a violação a este dever constitui ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.

III – Considera-se litigante de má-fé aquele que opuser resistência injustificada ao andamento do processo, desde que a parte contrária proceda de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.

IV – Salvo as disposições concernentes à gratuidade da justiça, incumbe às partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o início até a sentença final ou, na execução, até a plena satisfação do direito reconhecido no título.

- a) As afirmações I e II estão corretas.
- b) As afirmações I e III estão corretas.
- c) As afirmações II e III estão corretas.
- d) As afirmações II e IV estão corretas.
- e) As afirmações III e IV estão corretas.

**19. Nos termos do Código de Processo Civil, são cabíveis os seguintes recursos, EXCETO:**

- a) apelação e agravo de instrumento.
- b) recurso especial e recurso extraordinário.
- c) recurso ordinário e recurso de revista.
- d) embargos de declaração e embargos de divergência.
- e) agravo interno e agravo em recurso especial.

## QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

**20. A Constituição Federal de 1988 tem, como uma de suas características mais marcantes, a preocupação com os parâmetros do Estado Federal. Dentre os princípios fundamentais, a Constituição elenca, como fundamentos da República Federativa do Brasil, dentre outros:**

- a) soberania, cidadania, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- b) a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- c) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- d) constituir uma sociedade livre, justa e solidária.
- e) Separação dos Poderes Executivo e Judiciário.

**21. A Constituição Federal de 1988 estabelece sobre a nacionalidade e os direitos políticos inúmeros preceitos, sendo correto afirmar:**

- a) entre os cargos privativos de brasileiros natos estão os de Presidente da Câmara, Presidente do Senado e Presidente de Tribunal de Justiça Estadual.
- b) não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- c) a Constituição Federal de 1988 não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Lei.
- d) dentre as condições de elegibilidade para o cargo de Governador é exigida escolaridade mínima de graduação em ensino superior.

e) serão considerados brasileiros natos os nascidos em território estrangeiro se um dos pais estiver a serviço de empresa privada brasileira.

**22. O Tratado de Marraqueche tem como objetivo facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso. O referido tratado internacional de Direitos Humanos foi aprovado no Brasil em dois turnos, em cada casa do Congresso Nacional, por três quintos dos votos dos respectivos membros. Segundo disposto na Constituição Federal de 1988, o Tratado em questão:**

- a) será equivalente à Lei Complementar por ter respeitado o quórum de maioria absoluta.
- b) terá status de Lei Ordinária, respeitado o quórum de maioria simples de deputados e senadores em sua aprovação.
- c) será equivalente à Emenda Constitucional, tendo hierarquia de Constituição Federal.
- d) será equivalente à Medida Provisória pelo caráter de relevância e urgência da matéria.
- e) terá força de Decreto-legislativo do Senado Federal.

**23. Organização do Estado Brasileiro: Organização político-administrativa; Repartição de competências. Na hipótese de um governador de estado pretender propor projeto de Lei para a uniformização de normas de Direito penal em sua circunscrição, sob o argumento de que a Constituição Federal garante autonomia aos entes federativos, repartindo competências de modo cooperativo. Nesta situação, a pretensão do governador:**

- a) está em consonância com os preceitos constitucionais da competência legislativa concorrente.
- b) tem amparo na competência legislativa comum em que todos os entes federativos concorrem para os mesmos fins.
- c) não tem amparo constitucional, pois a temática a ser tratada é competência legislativa privativa da União.
- d) não é cabível para tratar de Direito Penal, pois se trata de competência exclusiva da União e dos Municípios, tendo os estados a competência residual somente.
- e) é possível apenas para especificar novas normas do Código Penal no que for peculiaridade do Estado, sendo sua competência privativa.

**24. Os Poderes Executivo e Legislativo possuem regramento constitucional em sua organização de modo a garantir a estabilidade do Estado brasileiro. Dentre os vários preceitos relativos ao tema, é correto afirmar:**

- a) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o sistema proporcional para dois mandatos de 4 anos.
- b) em caso de impedimento do Presidente da República e do Vice com ele eleito, no curso do mandato, será chamado primeiramente ao exercício da Presidência, o Presidente do STF.
- c) a imunidade material de palavras e opiniões garantida aos parlamentares brasileiros se estende ao Poder Executivo para a concretização do equilíbrio entre os Poderes.
- d) será de competência privativa da Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;
- e) o sistema eleitoral majoritário é garantia de lisura nas eleições para Presidente, Governador e Deputado Federal.

**25. O tribunal de Justiça e os juízes dos estados estão sujeitos às regras constitucionais para o cumprimento de suas competências, fruição de direitos, garantias e sujeição às vedações. Neste sentido, é correto afirmar:**

- a) a competência dos tribunais de justiça será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do STF por Lei Complementar.

- b) o Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.
- c) aos juízes estaduais é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou antes de decorridos cinco anos do afastamento por aposentadoria ou exoneração.
- d) os juízes estaduais gozam das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio, sendo obrigatório o cumprimento de 3 anos de estágio probatório para que possam fruir plenamente todos os direitos como magistrados.
- e) compete aos Tribunais Estaduais prover, na forma prevista na Constituição Estadual, os cargos de juiz de carreira de jurisdição nacional.

**26. Lei municipal de 1985 foi questionada perante o Supremo Tribunal Federal em face de Controle de Constitucionalidade em abstrato, por partido político com representação no Congresso Nacional. A alegação era de total incompatibilidade com a Constituição vigente. Segundo o sistema jurídico brasileiro, a Ação de Controle Concentrado a ser interposta é:**

- a) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.
- b) Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- c) Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- d) Ação Interventiva Municipal
- e) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

## **QUESTÕES DE DIREITO PENAL**

**27. Tendo em vista os princípios constitucionais aplicáveis ao Direito Penal, assinale a alternativa correta.**

- a) Tendo em vista o princípio da reserva legal, que é uma vertente do princípio da legalidade, medida provisória, lei complementar, leis delegadas, resoluções e decretos não podem tratar de temática penal.
- b) O princípio da intranscendência da pena veda que o tempo total de cumprimento das penas privativas de liberdade ultrapasse 40 anos.
- c) O princípio da dignidade da pessoa humana, no âmbito penal, implica vedação de tratamento degradante e cruel, servindo de fundamento, na jurisprudência, à concessão de prisão domiciliar a preso em estado terminal.
- d) O princípio da insignificância implica na exclusão da tipicidade formal, diante da lesão ou risco de lesão irrelevante ao bem jurídico tutelado.
- e) O princípio de bis in idem veda que se utilize a reincidência como agravante genérico da pena.

**28. No que tange aos institutos da tentativa e consumação, da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior, é correto afirmar: que o agente...**

- a) que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução, só responde pelos atos até então praticados.
- b) que, por ato voluntário, repara o dano causado, em crime praticado com violência à pessoa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, terá a pena reduzida de 1/3 a 2/3.
- c) responde pela tentativa, nos crimes culposos, ao não observar o dever de cuidado a que estava obrigado.
- d) que, após iniciar os atos de execução, voluntariamente, impede que o resultado se produza, responderá pelo resultado pretendido inicialmente.
- e) não responde pela tentativa, quando, por ineficácia relativa do meio, é impossível consumir-se o crime.

**29. Considere a seguinte situação hipotética: Paulo Roberto é o líder da maior Facção da Cidade. Após ter sido informado da traição de um membro da Facção, Paulo Roberto dá uma ordem para seu subordinado**

**direto, Sérgio, para que ele providencie a execução do traidor. No mesmo dia, Sérgio, que é integrante do nível mais baixo da Facção Criminosa, executa o traidor, conforme determinado por Paulo Roberto. Levando em consideração a teoria do domínio do fato, assinale a afirmativa correta sobre o homicídio narrado acima.**

- a) Sérgio é o único autor do crime.
- b) Paulo Roberto cometeu o crime em autoria mediata.
- c) Sérgio é partícipe no crime.
- d) Paulo Roberto é o único autor do crime.
- e) Paulo Roberto é partícipe por instigação.

**30. Considerando os artigos 44 e 129 do Código Penal, referente à possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, no delito de lesão corporal, é correto afirmar que:**

- a) Está vedada por lei.
- b) Somente pode ocorrer quando a lesão corporal for cumulativamente leve e culposa.
- c) Pode ocorrer somente na lesão corporal leve.
- d) Pode ocorrer na lesão corporal grave.
- e) Pode ocorrer na lesão corporal culposa.

**31. Sobre crimes contra a dignidade sexual, assinale a alternativa correta:**

- a) A prática de conjunção carnal com menor de 14 anos, se consentida, não caracteriza o crime de estupro de vulnerável, artigo 217-A, do Código Penal, se comprovado que a vítima já mantinha vida sexual ativa anteriormente.
- b) A conduta de registrar ato sexual sem autorização dos participantes, artigo 216-B, do Código Penal, só é punível se houver divulgação a terceiros, por qualquer meio.
- c) A conduta de manter relação sexual com pessoa desacordada, por ingestão de álcool, incapaz de oferecer resistência, caracteriza o crime de estupro, artigo 213, do Código Penal, qualificado pela especial condição de vulnerabilidade da vítima.
- d) A conduta de manter estabelecimento destinado à prática de exploração sexual, artigo 229, do Código Penal, é atípica, caso não haja participação de criança ou adolescente.
- e) O crime de importunação sexual, artigo 215-A, do Código Penal, é de natureza subsidiária, restando caracterizado somente se o ato libidinoso praticado não constituir crime mais grave.

## **QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**32. Referente ao princípio processual penal do *nemo tenetur se detegere*, pelo qual ninguém será obrigado a produzir prova contra si mesmo, assinale a alternativa correta:**

- a) Segundo a jurisprudência, as provas que exijam comportamento passivo do investigado, não poderão ser produzidas sem sua concordância;
- b) A recusa do investigado de ser interrogado quando intimado em sede policial poderá justificar, por si só, a sua prisão preventiva;
- c) A alteração da cena do crime pelo agente não configura fraude processual, pois a todos é garantido o direito de não autoincriminação;
- d) A atribuição de falsa identidade pelo suspeito ou investigado, ainda que em situação de autodefesa, configura fato típico;
- e) Apenas o preso poderá valer-se do direito ao silêncio, não se estendendo tal proteção aos investigados em inquérito policial.

**33. Referente ao acordo de não persecução penal, é correto afirmar que:**

- a) O juiz poderá homologar acordo de não persecução penal se for cabível a transação penal e o agente já tiver sido beneficiado, nos cinco anos anteriores ao cometimento da infração, com a suspensão condicional do processo;
- b) O Ministério Público poderá oferecer acordo de não persecução penal, em favor do agressor, nos crimes praticados com violência contra a mulher por razões da condição do sexo feminino;
- c) O Ministério Público poderá utilizar como justificativa para o não oferecimento de suspensão condicional do processo o descumprimento do acordo de não persecução penal.
- d) O Ministério Público poderá oferecer acordo de não persecução penal para as infrações penais praticadas sem violência ou grave ameaça, cuja pena mínima seja igual ou inferior a quatro anos;
- e) O juiz poderá oferecer, de ofício, o acordo de não persecução penal ao acusado, se não o fizer o promotor de justiça;

**34. Considerando as regras estampadas no Código de Processo Penal atinente à prova, assinale a afirmativa correta:**

- a) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por uma pessoa idônea, com reconhecida experiência na área e com habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- b) Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial, mas as partes deverão indicar apenas um assistente técnico, sob pena de violação do devido processo legal.
- c) A formulação de quesitos e a indicação de assistente técnico por ocasião da perícia é faculdade exclusiva do Ministério Público e do acusado.
- d) O juiz ficará adstrito ao laudo, não podendo rejeitá-lo, no todo ou em parte.
- e) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

**35. No que concerne às medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal, é correto afirmar que:**

- a) Ninguém poderá ser preso senão por ordem escrita e fundamentada da autoridade policial competente, ou em virtude de condenação criminal transitada em julgado.
- b) As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.
- c) Ressalvados, exclusivamente, os casos de urgência, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 3 (três) dias, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo.
- d) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, sendo-lhe vedada nova decretação, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- e) No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, de ofício ou mediante requisição do Ministério Público ou do querelante, deverá substituir a medida, decretando a prisão preventiva.

**36. Quanto à sentença penal, o Código de Processo Penal dispõe:**

- a) O juiz, ao proferir sentença condenatória, fixará o valor máximo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido que tiverem sido apurados durante a instrução processual.
- b) Na sentença absolutória, o juiz ordenará a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas, salvo se devidamente intimado, o acusado não comparecer em Juízo.
- c) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, apenas se a pena aplicada for menos grave, em consonância com o princípio da presunção de inocência.

d) Ao proferir sentença condenatória, o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta.

e) Se existirem circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena, o juiz absolverá o acusado por não existir prova suficiente para a condenação.

## QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

**37. Caso um estado da federação tenha criado, por lei específica, pessoa jurídica com autonomia gerencial, orçamentária e patrimonial, com personalidade jurídica própria, para o exercício de atividades típicas da Administração pública, a referida entidade da administração indireta é:**

- a) uma empresa pública com personalidade jurídica de direito público.
- b) uma autarquia com personalidade jurídica de direito público.
- c) uma sociedade de economia mista com personalidade híbrida.
- d) um órgão público sem personificação.
- e) uma fundação com personalidade jurídica de direito privado.

**38. É exemplo do exercício do Poder de Polícia pela administração pública a atuação a seguir descrita:**

- a) a instalação de equipamentos eletrônicos em vias públicas para verificar o respeito à velocidade estabelecida em lei.
- b) a aplicação de penalidade a servidor público, com observância do devido processo legal, respeitados a ampla defesa e o contraditório.
- c) a concessão de serviço público à entidade privada com estabelecimento de regras de execução.
- d) a permissão de uso de bem público por particular, em caráter precário.
- e) a elaboração de normas internas, por superiores hierárquicos, a serem aplicadas aos seus subordinados.

**39. Dentre os princípios constitucionais expressos, tem-se como correta a seguinte conceituação:**

- a) legalidade é hierarquicamente superior aos demais princípios para a manutenção da segurança jurídica.
- b) impessoalidade traduz a ideia de transparência e divulgação de atos administrativos em veículo de imprensa oficial.
- c) moralidade está relacionada aos aspectos de decoro, atuação segundo preceitos éticos do administrador público.
- d) publicidade perfaz a ideia de não prejudicar ou beneficiar agentes públicos ou pessoas privadas na atuação da administração pública.
- e) eficiência foi introduzida no sistema constitucional brasileiro para garantir que não ocorra desvio de conduta por parte dos gestores públicos no cumprimento da lei.

**40. Um ato administrativo, seguindo regramentos para sua realização, tem elementos e atributos que completam sua formação na esfera administrativa. É correto afirmar que:**

- a) a autoexecutoriedade é elemento sempre presente nos atos administrativos, pois independe de expressa previsão legal.
- b) são atributos do ato administrativo a competência, a forma e o objeto somente.
- c) o motivo é um elemento do ato que pode vincular a validade do mesmo, tendo em vista que a demonstração das razões para edição do ato vinculam o administrador.
- d) finalidade é o atributo do ato administrativo que se refere ao efeito jurídico imediato produzido pelo ato em sua formação.
- e) a motivação é elemento obrigatório em todos os atos administrativos como garantia de transparência.

**41. O termo agentes públicos é um gênero que compreende uma diversidade de categorias sujeitas a distintos regimes jurídicos. Dentre as várias espécies de agentes públicos, é correto afirmar:**

- a) os que ocupam cargos públicos são considerados empregados celetistas, cujo vínculo é pautado na legislação trabalhista, excluindo-se os servidores temporários.
- b) os que ocupam empregos públicos são denominados servidores temporários, contratados por tempo determinado, para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público.
- c) os particulares em colaboração com o Poder Público, por não manterem vínculo empregatício, são denominados servidores efetivos desde que cumpram o estágio probatório de 24 meses.
- d) os que ocupam cargos públicos efetivos são os servidores temporários, excluindo-se os empregados públicos, por não se submeterem a concurso público.
- e) os que ocupam as funções de confiança são, exclusivamente, servidores de cargo efetivo, e tais funções destinam-se às atribuições de chefia, direção e assessoramento.

### QUESTÕES DE DIREITO AMBIENTAL

**42. “Se um determinado empreendimento puder causar danos ao meio ambientais, contudo inexistente certeza científica quanto aos efetivos danos e sua extensão, mas há base científica razoável fundada em juízo de probabilidade não remoto da sua potencial ocorrência (...)” (AMADO, Frederico, 2022).**

**Nesse sentido, ao ferir-se ao princípio que abaixo deve ser assinalado, o autor destaca a necessidade de sua aplicação aos casos em o conhecimento científico não pode oferecer respostas conclusivas sobre os impactos ambientais, mas torna imperiosa a adoção de medidas em razão do princípio “in dubio pro natura ou salute”.**

**Os fragmentos dos textos acima aludem ao princípio:**

- a) Poluidor-Pagador
- b) Prevenção
- c) Solidariedade Ambiental
- d) Desenvolvimento Sustentável
- e) Precaução

**43. No que diz respeito ao direito ambiental brasileiro, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:**

I- Um dos princípios da Ordem Econômica estabelecidos na constituição é a Defesa do Meio Ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

II- A Floresta Amazônica Brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato- Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro das condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;

III- É competência privativa da União, nos termos do artigo 22 da Constituição Federal Brasileira, legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

IV- As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão seus infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

V- A localização de usinas que operem reator nuclear deverá ser definida em lei pelo estado em que for instalada e autorizada pela assembleia legislativa;

**Está CORRETO o disposto nas assertivas:**

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I, II e IV
- d) III, IV e V
- e) II, IV e V

**44. Julgue os itens a seguir sobre responsabilidade pelo dano ambiental em conformidade com as normas de regência do direito ambiental e o entendimento dos Tribunais Superiores:**

I- A responsabilidade civil ambiental é subjetiva, pois, a regra no direito é apurar a presença do elemento culpa.

II- A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva.

III- As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.

IV- Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar.

V- A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter subsidiário.

**Está CORRETO o disposto nas assertivas:**

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) II, III e IV
- d) III e IV
- e) III, IV e V

## QUESTÕES DE DIREITO EMPRESARIAL

**45. Nos termos do Código Civil, “considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”. Sobre a caracterização, inscrição e capacidade, indique a assertiva que não está de acordo com as disposições legais:**

- a) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- b) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- c) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.
- d) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.
- e) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão parcial de bens, ou no da separação obrigatória.

**46. A luz das disposições do Código Civil e considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta:**

- a) Em qualquer caso, a constituição da sucursal, filial ou agência deverá ser averbada em junta comercial onde se localize a sua respectiva sede.
- b) Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.

- c) A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito, exceto o contrato social.
- d) A sociedade simples que instituir sucursal, filial ou agência na circunscrição de outro Registro Civil das Pessoas Jurídicas, neste ficará dispensada de inscrevê-la, demonstrada a prova da inscrição originária.
- e) A sociedade adquire capacidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos.

**47. Sobre a Liquidação da Sociedade, conforme as disposições legais, constituem-se deveres do liquidante, exceto:**

- a) finda a liquidação, apresentar aos sócios o relatório da liquidação e as suas contas finais.
- b) arrecadar os bens, livros e documentos da sociedade, onde quer que estejam.
- c) confessar a falência da sociedade e pedir concordata, de acordo com as formalidades prescritas para o tipo de sociedade liquidanda.
- d) proceder, nos vinte e cinco dias seguintes ao da sua investidura e com a assistência, sempre que possível, dos administradores, à elaboração do inventário e do balanço geral do ativo e do passivo.
- e) averbar e publicar a ata, sentença ou instrumento de dissolução da sociedade.

### QUESTÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

**48. A luz das disposições legais e considerando a jurisprudência majoritária assinale a resposta certa:**

- a) Compete a União e aos estados instituir empréstimo compulsório no caso de conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
- b) Taxas e multas são tipo de tributos que podem ser instituídos por qualquer ente federativo.
- c) A taxa é uma espécie tributária que tem como finalidade custear a prestação de um serviço público.
- d) Contribuição de melhoria é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- e) Um imposto e uma taxa podem ter a mesma base cálculo.

**49. Nos exatos termos da Constituição Federal, é vedado à União:**

- I - instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- II - tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, salvo a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;
- III - instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País;

**Assinale a opção que apresenta as assertivas corretas:**

- a) I e III
- b) Apenas II
- c) II e III
- d) I, II, III
- e) Apenas III

**50. Nos termos do Código Tributário Nacional e especialmente à Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção que não está correta:**

- a) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.
- b) É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.

- c) Isenções tributárias concedidas, sob condição onerosa, não podem ser livremente suprimidas.
- d) Não constitui fato gerador do imposto de circulação de mercadorias (ICMS) a saída física de máquinas, utensílios e implementos a título de comodato.
- e) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa

**2ª ETAPA – Prova discursiva**

Questão 01) O juiz titular de uma vara cível de Macapá observou um aumento significativo de ações ajuizadas em que consumidores pleiteavam indenização por danos materiais e morais por causa da interrupção do fornecimento de energia elétrica decorrente de um incêndio ocorrido na subestação de transformação de energia da Zona Norte da Comarca, fato ocorrido no segundo semestre de 2020. Após uma extensa pesquisa, observou-se que havia inúmeras ações ajuizadas em diversas varas cíveis da Capital, algumas já julgadas, havendo entendimentos divergentes quanto à competência da Justiça Estadual para processar e julgar as referidas demandas e quanto à legitimidade do polo passivo da lide. Contudo, ainda não havia, no Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, nenhum processo desta natureza aguardando julgamento de apelação cível. Como residente jurídico, qual solução você poderia sugerir, a fim de evitar o risco concreto de ofensa à isonomia e à segurança jurídica nesta demanda de massa?

Questão 02) Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente. Neste sentido, o TJAP editou o Tema 21 da sua jurisprudência vinculante, referente aos empréstimos consignados em folha de pagamento, firmados por meio de cartão de crédito, fixando a seguinte tese: “É lícita a contratação de cartão de crédito com reserva de margem consignada sendo legítimas as cobranças promovidas no contracheque, desde que a instituição bancária comprove que o consumidor tinha pleno e claro conhecimento da operação contratada, em especial pelo 'termo de consentimento esclarecido' ou por outros meios inconteste de prova”. Identifique a razão de decidir (“ratio decidendi”) desta tese jurídica firmada pelo TJAP.

**RASCUNHO**

**Não serão consideradas as inscrições neste espaço, somente na folha resposta.**

1
5
10

15

20

25

30

35

40

45

50